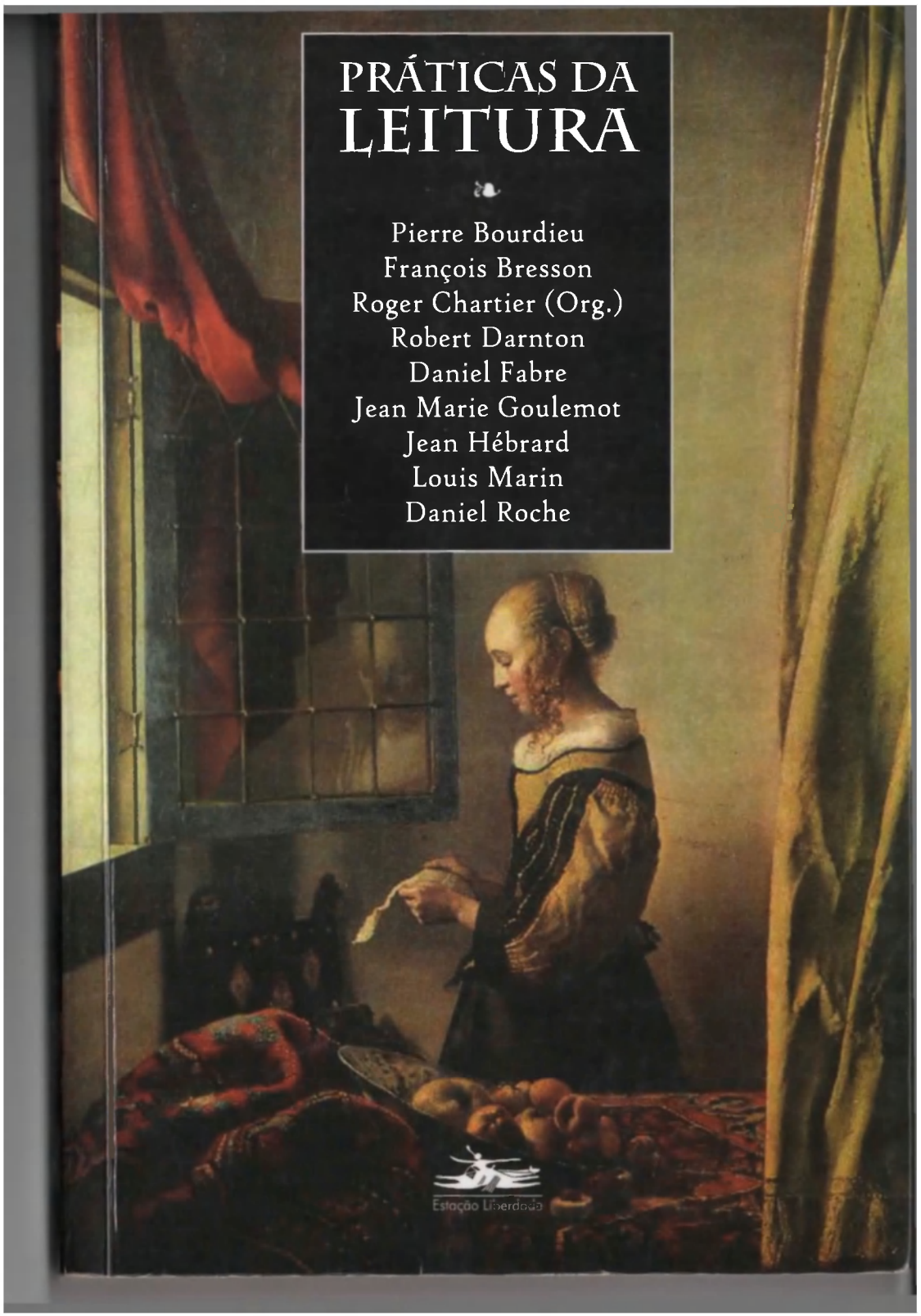
PRÁTICAS DA LEITURA

Pierre Bourdieu
François Bresson
Roger Chartier (Org.)
Robert Darnton
Daniel Fabre
Jean Marie Goulemot
Jean Hébrard
Louis Marin
Daniel Roche



Estação Liberdade

Publicado originalmente sob o título Pratiques de la lecture pela Éditions Rivages,
© 1985; © 1993 Éditions Payot & Rivages, Paris, para a edição de bolso
© da Introdução: Alcir Pécora, 1996
© 1996, 1998, 2001, para esta edição

Revisão de texto Marcelo Rondinelli e Angel Bojadsen

Composição Marcelo Higuchi / Estação Liberdade

Capa Nuno Bittencourt / Letra & Imagem

Ilustrações da capa Jan Vermeer, Moça lendo carta, óleo s/ tela, c. 1657, Gemälde-Galerie, Dresden; Giuseppe Maria Crespi, Estante de biblioteca com partituras encadernadas, Conservatório de Música, Bolonha

Editores Angel Bojadsen e Edilberto F. Verza

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Práticas da Leitura / sob a direção de Roger Chartier ; uma iniciativa de Alain Paire ; tradução de Cristiane Nascimento ; introdução de Alcir Pécora. — 5ª. ed. — São Paulo : Estação Liberdade, 2011.

Título original: Pratiques de la lecture.
Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-85-85865-14-6

1. Leitura 2. Leitura – História 3. Livros e leitura I. Chartier, Roger. II. Paire, Alain. III. Pécora, Alcir.

01-0183 CDD-418.4

Indice para catálogo sistemático:

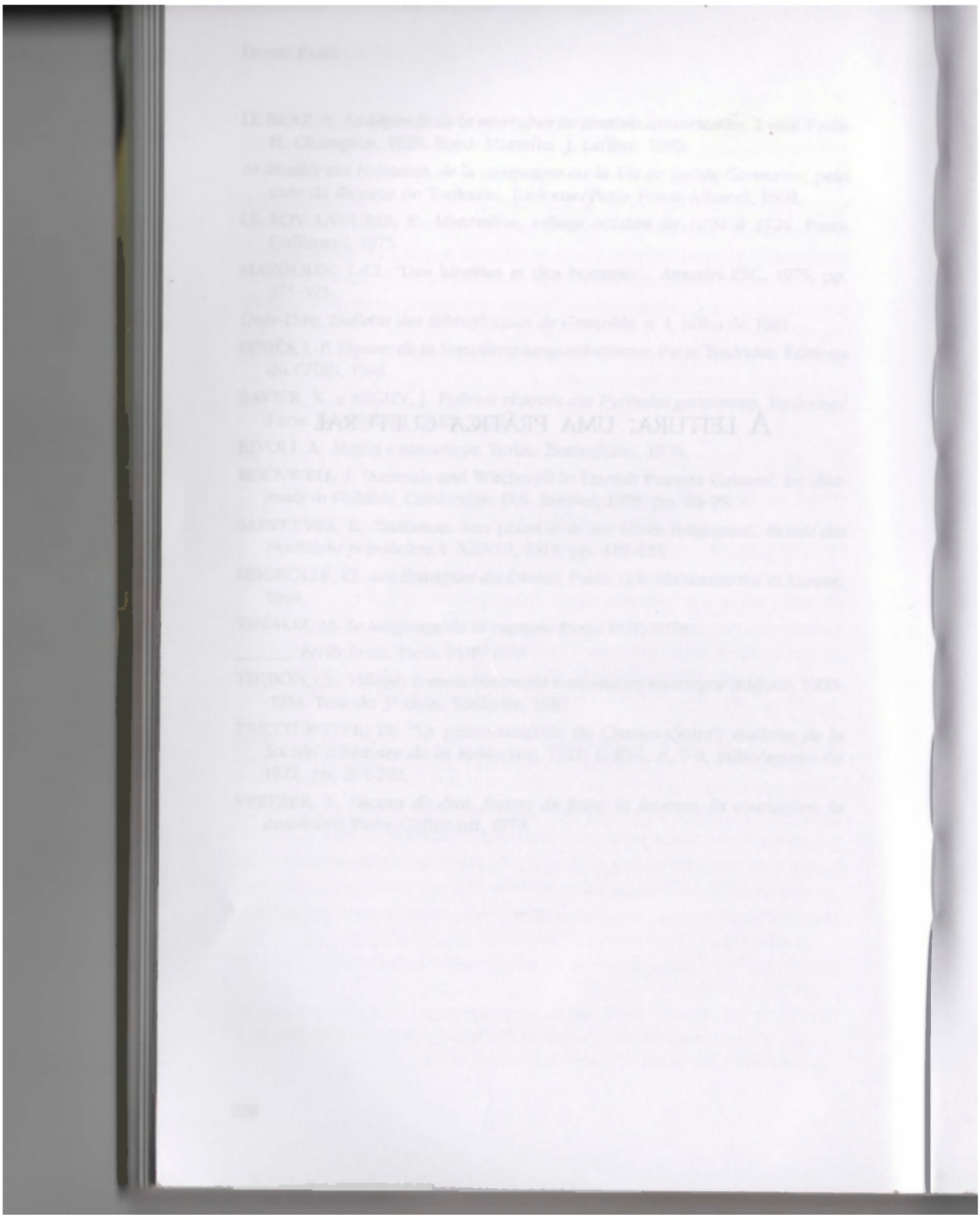
1. Leitura : Linguística 418.4
2. Prática da leitura : Linguística 418.4

Este livro, publicado no âmbito do programa de participação à publicação, contou com o apoio do Ministério francês das Relações Exteriores

Todos os direitos reservados à

Editora Estação Liberdade Ltda.
Rua Dona Elisa, 116 – 01155-030 – São Paulo - SP
Tel.: (11) 3661 2881 Fax: (11) 3825 4239
http://www.estacaoliberdade.com.br

A leitura: uma prática cultural



A leitura: uma prática cultural

Debate entre Pierre Bourdieu
e Roger Chartier

Roger Chartier: Creio, Pierre Bourdieu, que vamos basear este diálogo no trabalho e na reflexão coletivos realizados por ocasião do encontro sobre leitura que houve em Saint-Maximin. Talvez fosse bom lembrar por que esse tema parecia importante. A ideia inicial era dupla. Por um lado, é claro que para numerosas abordagens em ciências sociais ou em crítica textual, o problema da leitura é um problema central. E, por outro, não é menos claro que as maneiras de abordar esse problema permaneceram muito tempo compartimentadas e que bem poucos diálogos foram instaurados entre sociólogos e psicólogos, sociólogos e historiadores ou historiadores da literatura. A ideia inicial deste encontro era portanto misturar, cruzar, se possível, as abordagens conduzidas em termos de crítica literária e em termos históricos. Parece-me também que para debater a compreensão possível das práticas culturais, o exemplo da leitura é um exemplo muito bom, uma vez que sobre esse terreno encontram-se colocados, como num microcosmo, os problemas passíveis de ser reencontrados em outros campos e com outras práticas.

Pierre Bourdieu: Penso que estaremos de acordo em ter em mente, a cada vez que a palavra leitura for pronunciada, que ela pode ser substituída por toda uma série de palavras que designam toda espécie de consumo cultural – isto para desparticularizar o problema. Dito isto, este consumo cultural, que é apenas um entre outros, tem suas particularidades. E eu gostaria talvez de começar por aí, por uma

espécie de reflexo profissional. Parece-me muito importante, quando abordamos uma prática cultural qualquer, interrogarmo-nos como praticantes, nós mesmos, dessa prática. Creio que é importante sabermos que somos todos leitores e que, a esse título, corremos o risco de atribuir à leitura multidões de pressupostos positivos e normativos. E, para avançar um pouquinho nessa reflexão, gostaria de lembrar a oposição medieval que me parece muito pertinente entre *auctor* e *lector*. O *auctor* é aquele que produz ele próprio e cuja produção é autorizada pela *auctoritas*, a de *auctor*, o filho de suas obras, célebre por suas obras. O *lector* é alguém muito diferente, é alguém cuja produção consiste em falar das obras dos outros. Esta divisão, que corresponde àquela de escritor e crítico, é fundamental na divisão do trabalho intelectual. Se me parece útil evocar esta oposição, é porque somos, por posição – penso em todos aqueles que estão neste colóquio para refletir sobre a leitura –, *lectores*, e penso que corremos o risco de investir todo um conjunto de pressupostos inerentes à posição de *lector* em nossas análises das leituras, dos usos sociais da leitura, da relação com a escrita e das escritas com as práticas. Vou em seguida tomar um exemplo e estender a ideia que foi apresentada, desde o primeiro dia, por François Bresson: existe uma escrita das práticas? E, neste ponto, como procurei mostrar nos trabalhos antropológicos que realizei, os etnólogos cometem frequentemente um erro em sua relação com as coisas que descrevem, notadamente em todos os rituais, um erro que consiste em ler as práticas como se se tratassem de escritos. No período estruturalista, muitos livros traziam em seus títulos a palavra leitura. Ora, o fato de se lerem coisas que não sabemos se foram feitas para serem lidas introduz um viés fundamental. Por exemplo, ler um ritual, que seja algo como uma dança, como se se tratasse de um discurso, como alguma coisa de que se pode dar uma formulação algébrica, parece-me produzir nele uma alteração essencial. Poderíamos também tomar o exemplo mais próximo que foi abordado na discussão, o da pintura. Quando afirmamos ler uma pintura, penso que empenhamos toda uma série de pressupostos. Poderíamos prolongar a lista...

R.C.: Creio que esta projeção universalista do ato de leitura, que é nossa, também tem sido praticada pelos historiadores numa dimensão diacrônica ao projetar retrospectivamente nossa relação com os textos como sendo a única relação historicamente possível. E, mesmo se nos eximirmos disso, se não tomarmos todas as precauções possíveis, corremos constantemente o risco de recair nessa ilusão. Ora, creio que através de várias comunicações deste colóquio emerge a ideia muito clara de que, assim como as capacidades de leitura postas em funcionamento num dado momento por determinados leitores frente a determinados textos, as situações de leitura são historicamente variáveis. A leitura é sempre um ato de foro privado íntimo, secreto, que reenvia à individualidade? Não, porque esta situação de leitura não foi sempre dominante. Creio, por exemplo, que nos meios urbanos, entre os séculos XVII e XVIII, existe todo um outro conjunto de relações com os textos que passa pelas leituras coletivas, leituras que manipulam o texto, decifrado por uns para outros, por vezes elaborado em comum, o que põe em jogo alguma coisa que ultrapassa a capacidade individual de leitura. Portanto, aqui também é preciso tentar evitar a constante tentação da posição universalizante dos *lectores* que somos.

P.B.: E a universalização de uma maneira particular de ler, que é uma instituição histórica. Penso, por exemplo, na leitura que podemos chamar de estrutural, a leitura interna que considera um texto nele mesmo e por ele mesmo, que o constitui como autossuficiente e procura nele mesmo sua verdade, fazendo abstração de tudo o que está ao redor. Penso que é uma invenção histórica relativamente recente, que se pode situar e datar (Cassirer associa-a a Schelling, o inventor da palavra tautegórica em oposição a alegórica). Estamos de tal maneira habituados a essa maneira de ler um texto sem referi-lo a nada além dele mesmo que nós a universalizamos inconscientemente, embora seja uma invenção relativamente recente. Talvez achássemos um equivalente disso, nos tempos mais antigos, na leitura dos textos sagrados, a despeito de esses textos terem sempre sido lidos com uma intenção alegórica. Procuravam-se ali as respostas. Historicizar nossa relação com a leitura é uma forma de nos desembaraçarmos daquilo que a história pode nos impor como pressuposto inconsciente.

Ao contrário do que se pensa comumente, longe de relativizar ao historizá-la, também nos damos um meio de relativizar sua própria prática, portanto, de escaparmos à relatividade. Se é verdade que o que eu digo da leitura é produto das circunstâncias nas quais tenho sido produzido enquanto leitor, o fato de tomar consciência disso é talvez a única chance de escapar ao efeito dessas circunstâncias. O que dá uma função epistemológica a toda reflexão histórica sobre a leitura.

R.C.: Há algo mais talvez nesse uso não controlado da palavra leitura, aplicada a todo um conjunto de materiais que lhe resistem. É claro que se pode decifrar um quadro, um ritual, um mito, mas o conjunto desses modos de decifração, que não referem dispositivos que funcionam na leitura de textos, não são enunciáveis, contudo, senão através dos próprios textos. Há, portanto, na própria restrição uma incitação a essa universalização contra a qual é difícil de se precaver.

P.B.: A metáfora da cifra é tipicamente uma metáfora de leitor. Há um texto que é codificado, logo se trata de extrair o código para torná-lo inteligível. E essa metáfora nos conduz a um erro de tipo intelectualista. Pensamos que ler um texto é compreendê-lo, isto é, descobrir-lhe a chave. Quando de fato nem todos os textos são feitos para serem lidos nesse sentido. Além da crítica dos documentos que os historiadores sabem fazer muito bem, há que fazer, segundo parece, uma crítica do estatuto social do documento: para que uso esse texto foi feito? Para ser lido como o lemos, ou então, por exemplo, como uma instrução, isto é, um escrito destinado a comunicar uma maneira de fazer, uma maneira de agir? Há toda espécie de texto que pode passar diretamente ao estado da prática, sem que haja necessariamente mediação de uma decifração no sentido em que a entendemos.

R.C.: Sim, mas o processo de inteligibilidade existe sempre, mesmo em face de um ritual ou de um quadro. Portanto, como tentar dizê-lo numa linguagem que quase forçosamente lhe é inadequada? O problema é, pois, o de enunciar por escrito a compreensão de uma prática que, ademais, não poderia ser dita em nenhuma língua fora a sua, ou de uma pintura que apenas se poderia compreender no inefável.

A partir do momento em que se admite que existe a possibilidade de comunicar a inteligibilidade de uma prática ou de uma imagem, creio que é preciso aceitar a ambiguidade de uma tradução a partir do texto, a qual se sabe não lhe é jamais totalmente adequada.

P.B.: Dito isto, uma das coisas que me pareceram importantes nas diferentes comunicações – e é um ponto sobre o qual todo mundo estava de acordo – é o fato de que os textos, quaisquer que sejam, quando são interrogados não mais somente como textos, transmitem uma informação sobre o seu modo de usar. E o senhor mesmo nos mostrou que a separação em parágrafos podia ser muito reveladora da intenção de difusão, por exemplo: um texto de longos parágrafos endereça-se a um público mais selecionado que um texto separado em parágrafos pequenos. Isto repousa sobre a hipótese de que um público mais popular demandará um discurso mais descontínuo, etc. Assim, a oposição entre o longo e o curto, que pode manifestar-se de múltiplas formas, é uma indicação sobre o público visado e, ao mesmo tempo, sobre a ideia que o autor tem dele mesmo, de sua relação com os outros autores. Outro exemplo, toda a simbologia do grafismo, que foi longamente analisada. Penso num exemplo entre mil, aquele do itálico, e mais genericamente em todos os signos que se destinam a manifestar a importância do que se diz, a dizer ao leitor "aí é preciso prestar atenção no que digo", o emprego das maiúsculas, os títulos, os subtítulos etc., que são igualmente manifestações de uma intenção de manipular a recepção. Há, portanto, uma maneira de ler o texto que permite saber o que se quer fazer que o leitor faça.

NESTE PARAGRAFO: A intenção do autor na escrita, com base no público e no que quer dar ênfase.

R.C.: Penso que isso nos remete ao problema das condições de possibilidade da história da leitura, considerando-se que essa história da leitura pode ser um dos meios de objetivar nossa relação com esse ato. Penso que existem várias vias possíveis. Há uma que foi seguida aqui por Robert Darnton, após Carlo Ginzburg, que é discernir o que um leitor nos diz de suas leituras. O problema que se coloca aqui é que evidentemente essa confissão insere-se sempre numa situação de comunicação particular. Ou a declaração extorquida, no caso dos leitores aos quais se obriga a dizer quais têm sido suas leituras, porque

elas parecem "saber mal à fé", como se dizia no século XV, ou uma vontade de construir uma identidade e uma história pessoal a partir de lembranças de leituras. É uma via possível, mas difícil, na medida em que essas espécies de textos são historicamente pouco numerosas. Outra via é tentar reinterrogar os objetos lidos eles próprios, em todas as suas estruturas, jogando, de um lado, com os protocolos de leitura inscritos nos próprios textos e, de outro, com as disposições de imprimir às quais o senhor fez alusão. Nesses dispositivos, existe generalidade num determinado período. Um livro de 1530 não se apresenta como um de 1880 e há evoluções globais que atingem toda a produção impressa em suas regras e seus deslocamentos. Mas é certo também que nessas transformações colocam-se intenções de público ou, mais ainda, intenções de leitura. Quando um texto passa de um nível de circulação a outro, mais popular, ele sofre um certo número de transformações, das quais uma das mais claras é a fragmentação operada ao pôr-se em livro, seja no nível do capítulo, seja no nível do parágrafo, destinada a facilitar uma leitura nada virtuosística.

P.B.: Há um ponto em que se opõem frequentemente historiadores e sociólogos, e sobre o qual temos concordado de fato: à ideia do livro que se pode compor, do qual se pode seguir a circulação, a difusão, a distribuição, etc., é preciso substituir a ideia de leituras no plural e a intenção de buscar indicadores das maneiras de ler. É um ponto a propósito do qual os historiadores dizem – aparentam – enviar o sociólogo: os senhores têm a chance, interroguem as pessoas sobre o que elas leem, não somente sobre o que leem, mas sobre a maneira de ler. De fato, evidentemente, a mais elementar interrogação da interrogação sociológica ensina que as declarações concernentes ao que as pessoas dizem ler são muito pouco seguras em razão daquilo que chamo de efeito de legitimidade: desde que se pergunta a alguém o que ele lê, ele entende "o que é que eu leio que mereça ser declarado?" Isto é: "o que é que eu leio de fato de literatura legítima?" Quando lhe perguntamos "gosta de música?", ele entende "gosta de música clássica, confessável?". E o que ele responde não é o que escuta ou lê verdadeiramente, mas o que lhe parece legítimo naquilo que lhe aconteceu de ter lido ou ouvido. Por exemplo, em matéria

de música, dirá: "Gosto muito das valsas de Strauss". Portanto, as declarações são extremamente suspeitas, e penso que os historiadores estariam de acordo em dizer que os testemunhos biográficos ou outros nos quais as pessoas declaram suas leituras, isto é, seu itinerário espiritual, devem ser tratados com suspeição. Nessas condições, onde encontrar indicadores dessas leituras diferenciais? Pois, diante do livro, devemos saber que existem leituras diversas, portanto competências diferentes, instrumentos diferentes para apropriar-se desse objeto, instrumentos desigualmente distribuídos, segundo o texto, segundo a idade, segundo essencialmente a relação com o sistema escolar, a partir do momento em que o sistema escolar existe. E, tanto quanto se saiba, para nossas sociedades, o modelo é relativamente simples. A leitura obedece às mesmas leis que as outras práticas culturais, com a diferença de que ela é mais diretamente ensinada pelo sistema escolar, isto é, de que o nível de instrução vai ser mais poderoso no sistema dos fatores explicativos, sendo a origem social o segundo fator. No caso da leitura, hoje, o peso do nível de instrução é mais forte. Assim, quando se pergunta a alguém seu nível de instrução, tem-se já uma previsão concernente ao que ele lê, ao número de livros que leu no ano, etc. Tem-se também uma previsão no que diz respeito à sua maneira de ler. Pode-se rapidamente passar da descrição das práticas às descrições das modalidades dessas práticas.

R.C.: Creio que é possível historicamente controlar essa análise pelo estudo do objeto em si, o livro e todas as outras formas de escrito, impresso ou manuscrito. Esta análise pode ser mais rigorosa, mais interrogativa sobre o objeto, mobilizando o que se pode saber, seja das capacidades que se confrontam com esse objeto, seja de seus usos. Daniel Roche, para as cidades do século XVIII; Daniel Fabre, para os campos dos Pireneus no século XIX, deram exemplo de uma análise possível do material escrito que circula e para o qual é possível balizar legitimamente a distribuição, os lugares e frequências de aparecimento. Não se trata, portanto, de considerar que toda análise de sociologia distribucional não teria objeto, nem interesse. Mas o problema é completar essa análise das frequências e de seu enraizamento social por uma reflexão sobre as competências e usos.

P.B.: Penso que é uma coisa importante e que retoma o que eu disse no começo. Um viés ligado à posição de leitor pode consistir em omitir a questão de saber porque lemos, se ler se dá por si mesmo, se existe uma necessidade de leitura, e devemos colocar a questão das condições nas quais se produz essa necessidade. Quando se observa uma correlação entre o nível de instrução, por exemplo, e a quantidade de leituras ou a qualidade da leitura, podemos perguntar como isso se passa, pois se trata de uma relação que não é auto-explicativa. É possível que se leia quando existe um mercado no qual possam ser colocados os discursos concernentes às leituras. Se essa hipótese pode surpreender, até chocar, é porque somos precisamente pessoas que têm sempre à mão um mercado, alunos, colegas, amigos, cônjuges, etc., a quem podemos falar de leituras. Terminamos por esquecer que, em muitos meios, não é possível falar de leituras sem ter um ar pretensioso. Ou leituras de que não podemos falar, inconfessáveis, que fazemos às ocultas. Dito de outra forma, há uma oposição entre os leitores dessas coisas de que não podemos falar, os leitores de coisas que não merecem a leitura, e os outros, que praticam a única leitura verdadeira, a leitura do não perecível, a leitura do eterno, do clássico, do que não pode ser jogado fora. Disse já que não há necessidade de leitura; diria, um tanto jocosamente, que quando se trata da leitura, a necessidade, na sua forma elementar, antes que seja constituída socialmente, manifesta-se nas estações. A leitura é o que ocorre espontaneamente quando se vai ter tempo para não fazer nada, quando se vai ficar fechado sozinho em algum lugar. Esta necessidade de distração é talvez a única necessidade não social que o sociólogo pode reconhecer.

R.C.: Essa é uma perspectiva um pouco redutora, porque é certo que mesmo nas sociedades tradicionais, mais distantes do escrito impresso do que a nossa, existem situações e necessidades de leitura que não são reduzíveis a uma competência de leitores considerada como um mercado social, mas que estão, num certo sentido, muito profundamente enraizadas nas experiências individuais ou comunitárias. Poderia citar as práticas profissionais de oficina que se apoiam desde muito cedo, desde o século XVI, sobre livros que servem de guias

para o trabalho manual. Poderia dizer a mesma coisa das associações festivas nas cidades, esses monastérios de juventude, de ofício ou de bairro que apresentam escritos ou prolongam-se através deles.

P.B.: Eu voluntariamente forcei a hipótese, para questionar de modo vigoroso a ideia de uma necessidade de leitura que está muito profundamente inscrita no inconsciente dos intelectuais, sob a forma de um direito de leitura. Penso que os intelectuais se sentem no dever de dar a todos o direito de leitura, isto é, o direito de lê-los... É a isso que me atinha! Mas pode-se discutir...

R.C.: Sim, e perguntar sobre as condições de possibilidade e de eficácia de uma política da leitura, de uma política que se incumbe da edição e do encontro entre o livro editado e seu leitor, que organiza o conjunto dos circuitos de distribuição, ou que os reorganiza. O senhor pensa realmente que a necessidade de leitura seja apenas um artifício de autores com maus propósitos?

P.B.: É preciso que esse gênero de coisas seja dito, porque de outra maneira permanecem no inconsciente; há coisas um pouco penosas que é preciso infligir-se quando se quer fazer ciência de certos objetos. Participo também da crença na importância na leitura, participo também da convicção, de que é muito importante ler e de que alguém que não lê é mutilado etc. Vivo em nome disso tudo. Ora, penso que se cometem erros políticos, e também científicos, enquanto se é movido por pressupostos de posição. Os erros políticos não são meu negócio. O erro científico é que me importa. Durante anos, fiz uma sociologia da cultura que se fixava no momento de colocar a questão: mas como é produzida a necessidade do produto? Procurava estabelecer relações entre um produto e as características sociais dos consumidores (quanto mais se sobe na hierarquia social, mais se consomem bens situados num nível elevado da hierarquia de bens, etc.). Mas eu não me interrogava sobre a produção da hierarquia de bens, e sobre a produção do reconhecimento dessa hierarquia. Ou pelo menos eu me contentava em nomeá-la, sem mais, enquanto me parece que o próprio das produções culturais é que é preciso produzir a crença

no valor do produto, e que essa produção da crença, um produtor não pode jamais, por definição, dominar sozinho; é preciso que todos os produtores colaborem nisso, mesmo que combatam. A polêmica entre intelectuais faz parte da produção da crença na importância do que fazem os intelectuais. Portanto, entre as condições que devem ser preenchidas para que um produto intelectual seja produzido, está a produção da crença no valor do produto. Se, querendo produzir um objeto cultural, qualquer que seja, eu não produzo simultaneamente o universo de crença que faz com que seja reconhecido como um objeto cultural, como um quadro, como uma natureza-morta, se não produzo isso, não produzi nada, apenas uma coisa. Dito de outra maneira, o que caracteriza o bem cultural é que ele é um produto como os outros, mas com uma crença, que ela própria deve ser produzida. É isso que faz com que um dos únicos pontos sobre os quais a política cultural pode agir seja sobre a crença: ela pode contribuir, de uma maneira ou de outra, para reforçar a crença. De fato, seria preciso comparar a política cultural a um desses casos particulares, que é a política linguística. Se as intervenções políticas em matéria de cultura são frequentemente ingênuas por excesso de voluntarismo, o que não seria preciso dizer das políticas linguísticas! Isto não é pessimismo de sociólogo; as leis sociais têm uma força extraordinária e, quando são ignoradas, elas vingam-se.

R.C.: Entre as leis sociais que modelam a necessidade ou a capacidade de leitura, as da escola estão entre as mais importantes, o que coloca o problema, ao mesmo tempo histórico e contemporâneo, do lugar da aprendizagem escolar numa aprendizagem da leitura, nos dois sentidos da palavra, isto é, a aprendizagem da decifração e do saber ler em seu nível elementar e, de outro lado, esta outra coisa de que falamos, a capacidade de uma leitura mais hábil, que pode se apropriar de diferentes textos. O interessante aqui é o fato de mostrar, como havia feito Jean Hébrard a partir da interrogação minuciosa de narrativas autobiográficas, como a aprendizagem da leitura se apoia muito mais sobre os questionamentos pré ou extra-escolares, ligados à descoberta pela criança de problemas que pertencem à difícil compreensão da ordem do mundo, do que sobre uma escolarização ou

uma aprendizagem escolar. O senhor pensa que uma mesma proposição poderia ser formulada para a escola contemporânea e para seu papel na criação de uma capacidade e de uma necessidade de leitura?

P.B.: Essa é uma questão muito difícil. Evidentemente não posso respondê-la. Parece-me que estava no centro de nossas discussões e que todo mundo esquivou-se dela. Parece-me que, quando o sistema escolar representa o papel que representa em nossas sociedades, isto é, quando se torna a via principal ou exclusiva do acesso à leitura, e a leitura torna-se acessível praticamente a todo mundo, penso que ele produz um efeito inesperado. O que me surpreendeu nos testemunhos de autodidatas que nos foram relatados é que testemunham uma espécie de necessidade de leitura que, de uma certa maneira, a escola destrói para criar outra, de uma outra forma. Há um efeito de erradicação da necessidade de leitura como necessidade de informação: aquele que toma o livro como depositário de segredos, de segredos mágicos, climáticos (com o almanaque para prever o tempo), biológicos, educativos, etc., que possui o livro como um guia de vida, como um texto ao qual se pergunta a arte de viver, sendo o modelo o livro por excelência, a Bíblia. Penso que o sistema escolar tem esse efeito paradoxal de desenraizar essa expectativa – pode-se admirá-lo ou deplorá-lo –, esta expectativa de profecia, no sentido weberiano de resposta sistemática a todos os problemas da existência. Penso que o sistema escolar desencoraja essa expectativa e, de uma vez, destrói uma certa forma de leitura. Penso que um dos efeitos do contato médio com a literatura erudita é o de destruir a experiência popular, para deixar as pessoas enormemente despojadas, isto é, entre duas culturas, uma cultura originária abolida e outra erudita que se frequentou o suficiente para não mais poder falar da chuva e do bom tempo, para saber tudo o que não se deve dizer, sem ter mais nada para dizer. E eu penso que esse efeito do sistema escolar, jamais descrito, é efetivamente espantoso quando reconstituído através dos testemunhos históricos que foram dados.

R.C.: Uma outra tensão que existe no ato de leitura diz respeito à nossa relação com esse próprio ato. De um lado, todos o diagnosticamos,

as leituras são sempre plurais, são elas que constroem de maneira diferente o sentido dos textos, mesmo se esses textos inscrevem no interior de si mesmos o sentido de que desejariam ver-se atribuídos. E e justamente essa diferenciação da leitura, desde suas modalidades mais físicas até seu trabalho intelectual, que pode constituir um instrumento de discriminação entre os leitores, muito mais do que a repartição supostamente diferencial deste ou daquele tipo de objeto manuscrito ou impresso. E preciso, portanto, insistir-se sobre o que há de criador e de distintivo na leitura. Mas, de outro lado, nosso trabalho não nos conduz, como leitores, a procurar constantemente a interpretação correta do texto? E essa leitura plural que identificamos como realidade e como instrumento de análise, não a negamos também, de um certo ponto de vista, ao estabelecer o que deve ser a justa leitura dos textos, que é reencontrar a posição do clérigo que dá a correta interpretação da Escritura? Não está aí o fundamento, o enraizamento mais profundo do exercício intelectual na definição que lhe dá a sociedade ocidental?

P.B.: Sim. Se compreendo bem, isso recoloca a questão do que fazemos quando lemos. Penso que uma parte muito importante da atividade intelectual consiste em lutar pela boa leitura. É mesmo um dos sentidos da palavra leitura: isto é, uma certa maneira de estabelecer o texto. Há livros que são cartadas de luta por excelência; a Bíblia é um deles. *O capital* é outro. "Ler *O capital*" quer dizer ler *enfim O capital*. Vamos saber o que contém esse livro que jamais foi lido verdadeiramente antes. Se o livro que está em jogo é um livro capital, cuja apropriação se acompanha da apropriação de uma autoridade ao mesmo tempo política, intelectual, etc., a cartada é muito importante. É isso que faz com que a analogia entre as lutas intelectuais e as lutas teológicas funcione tão bem. Se o modelo da luta entre o padre *lector* e o profeta *auctor*, que evoquei no começo, se transpõe tão facilmente, é porque, entre outras razões, uma das apostas da luta é a de se apropriar do monopólio da leitura legítima: sou eu que lhes digo o que está dito no livro ou nos livros que merecem ser lidos em oposição aos livros que não o merecem. Uma parte considerável da vida intelectual se esgota nessas reversões da tábua de valores, da

hierarquia das coisas que devem ser lidas. Em seguida, tendo definido o que merece ser lido, trata-se de impor a boa leitura, isto é, o bom modo de apropriação, e o proprietário do livro é aquele que detém e impõe o modo de apropriação. Desde que o livro, como disse antes, é um poder, o poder sobre o livro é evidentemente um poder. É por isso que as pessoas que são estranhas ao mundo intelectual se espantam de ver como os intelectuais lutam, e com uma violência singular, pelo que, para aquelas, parecem ensejos triviais. De fato, os embates podem ser de uma importância extrema. O poder sobre o livro é o poder sobre o poder que exerce o livro. Eu evoco ali alguma coisa que todos os historiadores lembraram, isto é, o poder extraordinário que tem o livro quando se torna um modelo de vida. É o que nos disse, por exemplo, Robert Darnton, a propósito do leitor de Rousseau que ele estudou. O livro de Rousseau, e Rousseau como o autor exemplar de um livro exemplar, isto é, como "profeta exemplar", podia agir de forma mágica sobre pessoas que não havia visto jamais. É por isso que os intelectuais têm frequentemente sonhos de mágicos, pois o livro é algo que permite agir a distância. Existem outros meios, como a ordem política, sendo homem político aquele que pode agir a distância ao dar ordens. Mas o intelectual é também alguém que pode agir a distância ao transformar as visões de mundo e as práticas cotidianas, que pode agir sobre a forma de aleitar as crianças, a forma de pensar e de falar à namorada, etc. Assim, penso que a luta pelos livros pode ser uma cartada extraordinária, uma cartada que os próprios intelectuais subestimam. Eles estão de tal maneira impregnados de uma crítica materialista de sua atividade que terminam por subestimar o poder específico do intelectual, que é o poder simbólico, o poder de agir sobre as estruturas mentais e, através da estrutura mental, sobre as estruturas sociais. Os intelectuais esquecem-se de que por meio de um livro se pode transformar a visão do mundo social e, através da visão de mundo, transformar também o próprio mundo social. Os livros que celebram o mundo social não são somente os grandes livros proféticos, a Bíblia ou *O capital*; há também o doutor Spock, que, do ponto de vista da eficácia simbólica, é sem dúvida, em sua ordem, tão importante quanto numa outra foi *O capital*.

R.C.: Sim, mas isso não é supor igualmente que o livro tem uma eficácia total, imediata e, portanto, negar o espaço próprio da leitura? Pois se o livro, por ele mesmo, em certos casos, pela interpretação correta em outros, tem essa força, ou pensa-se que ele tem, isso não destrói o próprio objeto que nos reuniu aqui, que é a leitura como um espaço próprio de apropriação jamais redutível ao que é lido, e isso não é recair no que pensava a pedagogia clássica quando designava os espíritos das crianças como uma cera mole na qual se podia imprimir com toda legibilidade as mensagens do pedagogo ou do livro? Esse poder que o senhor descreve é talvez, em grande parte, um poder fantasmático, sonhado, desejado, mas em contradição com a leitura tal como a constatamos.

P.B.: A objeção é muito forte e muito justa. Penso evidentemente na famosa fórmula do senso comum: "Só pregamos a convertidos". E evidente que não é preciso atribuir à leitura uma eficácia mágica. Essa eficácia mágica supõe condições de possibilidade. E não é por acaso que o leitor de que nos falava Darnton era um protestante de Genebra...

R.C.: De La Rochelle...

P.B.: Sim, é uma pequena Genebra. Entre os fatores que predispõem a ler algumas coisas e a ser "influenciado", como se diz, por uma leitura, é preciso reconhecer as afinidades entre as disposições do leitor e as disposições do autor. Mas, dir-se-á, você não explicou nada e destruiu você mesmo o poder simbólico que invoca. De modo algum, pois penso que entre uma disposição tácita, silenciosa, e uma predisposição expressa, que se conhece num livro, num escrito, tendo autoridade, sendo publicado, portanto publicável, portanto público, portanto visível e legível diante de qualquer um, há uma diferença essencial. Basta pensar naquilo que se chama revolução dos costumes: o fato de que algumas coisas que eram censuradas, que não podiam ser publicadas, se tornassem publicáveis, tem um efeito simbólico enorme. Publicar é tornar público, é fazer passar do oficioso ao oficial. A publicação é a *ruptura* de uma *censura*. A palavra censura é

comum à política e à psicanálise, e isso não é por acaso. O fato de que uma coisa que era oculta, secreta, íntima ou simplesmente indizível, mesmo que não recalcada, ignorada, impensada, impensável, o fato de que essa coisa se torne dita, e dita por alguém que tem autoridade, que é reconhecido por todo mundo, não somente por um indivíduo singular, privado, tem um efeito formidável. Evidentemente, esse efeito só se exerce se houver predisposição.

R.C.: Há, portanto, tensão entre dois elementos. De uma parte, o que está do lado do autor, e por vezes do editor, e que visa a impor explicitamente maneiras de ler, códigos de leitura (foi lembrada a proliferação crescente dos prefácios), seja de maneira mais sub-reptícia uma leitura precisa (através de todos os dispositivos antes evocados, sejam tipográficos ou textuais). Esse conjunto de intenções explícitas ou depositadas no próprio texto, no limite, postularia que um único leitor pudesse ser o verdadeiro detentor da verdade da leitura. Louis Marin lembrava que Poussin explicava a seu comitente como ele devia ler corretamente seu quadro, como se um único homem no mundo pudesse deter a chave da correta interpretação desse quadro. Mas, de outro lado, cada livro tem uma vontade de divulgação, dirige-se a um mercado, a um público, ele deve circular, deve ganhar extensão, o que significará apropriações mal governadas, contrassensos, falhas na relação entre o leitor ideal, mas no limite singular, e de outra parte o público real que deve ser o mais amplo possível.

P.B.: Sim, creio, contra todos os pressupostos implícitos dos leitores que somos, que um livro pode agir através dos contrassensos, isto é, através daquilo que, do ponto de vista do leitor legítimo, armado de seu conhecimento do texto, é um contrassenso. O que age sobre o protestante de La Rochelle não é o que Rousseau escreveu, é o que pensa "o amigo Jean-Jacques". Há erros de leitura que são muito eficientes. Seria muito interessante observar o aparecimento de todos os signos visíveis do esforço de controlar a recepção: esses signos não aumentam na medida em que cresce a ansiedade relativa ao público, isto é, o sentimento de que se tem um negócio com um vasto mercado e não mais com alguns leitores escolhidos? O esforço desesperado de

todos os autores para controlar a recepção, para impor as normas da percepção de seu próprio produto, esse esforço desesperado não deve mascarar que finalmente os livros que mais agem são os livros que agem de inconsciente a inconsciente. É uma visão muito pessimista talvez da ação dos intelectuais. Mas penso, por exemplo, no que dizia Max Weber – hoje eu cito apenas ele – a propósito de Lutero: ele leu a Bíblia "com as lunetas de sua atitude inteira", eu diria, de sua maneira de ser, isto é, com todo o seu corpo, com tudo o que ele era, e, ao mesmo tempo, o que ele leu nessa leitura total foi ele mesmo. Encontramos no livro o que colocamos nele e não saberíamos dizê-lo. Sem recair na mitologia da criação, do criador único, não se pode esquecer que os profissionais da produção são pessoas que têm um verdadeiro monopólio de trazer ao explícito, de trazer à ordem do dizer coisas que os outros não podem dizer não, sabem dizer, uma vez que, como se diz, eles não encontram as palavras.

R.C.: Ademais, pode-se construir talvez essas leituras historicamente às avessas, em relação à intenção do autor ou a nossa própria leitura, como definindo justamente um nível de leitura ou um horizonte de leitura particular, de modo algum mais rapidamente qualificado em termos sociais, mas diferente da leitura erudita que lhe é contemporânea. Pode-se algumas vezes encontrar ainda vestígios no objeto, uma vez que, por exemplo, nas edições de grande circulação que os impressores de Troyes editaram em grande número a partir do século XVII, a atenção ao sentido não é o mais fundamental, como se o contrassenso e o desvio em relação ao sentido não fossem obstáculos anuladores da leitura. Vimos que a operação que constitui unidades de textos breves e fragmentados pode fazer-se cortando-se uma frase ao meio, o que lhe retira toda correção gramatical e toda significação intelectual: essa mesma indiferença ao sentido fixado poderia explicar, aliás, a extraordinária negligência tipográfica e a multiplicidade das gralhas dos livretos azuis que às vezes tornam as palavras completamente ininteligíveis. Essas alterações são efetivamente visíveis quando de sua passagem de um mesmo texto de uma edição comum e correta para uma edição de Troyes. Nestas últimas, o sentido preciso não é o elemento absolutamente decisivo da leitura, o que se opõe a toda

atitude intelectual, que é a do autor, de máximo controle do objeto, e isto, cada vez mais na medida em que a figura do escritor se torna uma figura carismática, que julga enunciar uma mensagem numa forma acabada, claramente identificada por seu leitor.

P.B.: Considero um último exemplo desta lógica. Toda a história da filosofia – isto talvez vá chocar novamente, e não tenho todos os elementos da prova; portanto, é uma piada que se pode tratar como uma hipótese – repousa sobre uma filosofia implícita da história da filosofia, que admite que os grandes autores só se comunicam através de textos interpostos. Dito de outra forma, o que Kant discute quando ele discute Descartes seria o texto de Descartes que os historiadores da filosofia leem. Ora, parece-me, com alguns elementos, que isso consiste em esquecer que o que circula entre os autores não são somente os textos: basta pensar em nossas relações entre contemporâneos, onde o que circula não são textos, mas palavras, títulos, palavras-*slogans* que rompem a confiança. Por exemplo, quando Descartes fala da escolástica, ele pensa num autor particular ou num manual? O papel dos manuais é sem dúvida enorme. Certamente, há pessoas que estudam os manuais, mas estudam-nos no nível da história da pedagogia e não no nível da história da filosofia. Na ordem do sagrado, há apenas os grandes textos. Eis um exemplo, parece-me, de pressupostos de leitores formados num certo tipo de frequentação dos textos, que faz esquecer a realidade das trocas intelectuais, que se cumpre, para muitos, de inconsciente a inconsciente, através de coisas que estão na ordem do rumor. Penso que seria muito interessante estudar o rumor intelectual como um veículo de coisas importantes para constituir-se aquilo que é ser contemporâneo, aquilo que é ser um intelectual hoje na França. Seria importante saber o que as pessoas sabem sobre os outros autores ou sobre os editores, os jornais, os jornalistas, um conjunto de saberes que o historiador não encontrará mais. Quase não encontrará mais vestígios, pois eles circulam de forma oral. E, contudo, eles orientam a leitura. Sabe-se que este publica naquele, que está brigado com aquele, e tudo isso faz parte das condições que é preciso ter em mente para compreender algumas estratégias retóricas, algumas referências silenciosas, algumas contradições que não serão

mais compreendidas totalmente, polêmicas que parecerão absurdas. Mas creio que, ainda que talvez muito distante, haja aí um elo com nosso tema: numa civilização de leitores, restam inúmeros pré-saberes que não se veiculam pela leitura, mas que contudo a orientam.

Perguntas do público

Pergunta: Minha pergunta dirige-se sobretudo a Pierre Bourdieu, a propósito do que ele disse sobre as ordens de leitura. Pareceu-me ao ouvi-lo que o senhor fala essencialmente do que chamamos hoje de não ficção. O senhor tem a impressão de que, nessas práticas de leitura de que nos falou, há no leitor, qualquer que seja, uma distinção entre suas práticas em vista de um livro de ficção ou de outro tipo de livro?

P.B.: Penso que, do ponto de vista histórico, Roger Chartier responderia melhor do que eu. O que posso dizer, simplesmente, é que me parece que um livro não chega jamais ao leitor sem marcas. Ele é marcado em relação a sistemas de classificação implícitos, e um dos papéis da sociologia da leitura é tentar descobrir o sistema de classificação implícita que os leitores põem em ação ao dizer: o livro "é para mim" ou "não é para mim", "muito difícil" ou "fácil", etc. Quando o livro chega a um leitor, está predisposto a receber marcas que são históricas. A oposição entre ficção e nãoficção é uma dessas oposições históricas. Como é constituída? Por exemplo, hoje, distinguimos os ensaios da literatura. Chamaremos de escritor um romancista, mas chamaremos mais dificilmente um ensaísta de escritor, palavra pejorativa. Tudo isso tende a mostrar que o leitor é defrontado com um texto já codificado e que sua leitura vai ser orientada inconscientemente.

R.C.: Creio que existem duas abordagens dos sistemas de classificação da leitura. A primeira reconhece as classificações explícitas, objetos de divergências e afrontamento, sejam as divisões da ordem do saber ou as classificações bibliográficas – assim como a de Gesner, no

século XVI. Ou ainda as classificações utilitárias, as das bibliotecas, que permitem classificar os livros e recuperá-los facilmente. Há um outro aspecto que é o sistema de classificação construído por todo leitor. E o livro pode ele próprio jogar com esses sistemas de classificação múltiplos. Tomarei um exemplo: o da literatura da miséria que constitui uma parte da Biblioteca Azul publicada, pelos autores de Troyes, para um amplo público. Está muito claro que os signos depositados nesses livrinhos jogam com a ambiguidade das classificações possíveis. Para alguns leitores, os livros produzem um efeito de realidade e são tomados literalmente. Os pedintes têm realmente uma organização monárquica, os mendigos estão realmente organizados em corporações, a gíria é realmente uma língua secreta e perigosa. Mas o autor deposita também em seu texto algumas alusões e referências que convidam o leitor atento a não se deixar prender ao pé da letra e fazem com que o leitor reconheça a escrita burlesca e a paródia carnavalesca. Há portanto aí um jogo muito sutil da escrita e da própria edição sobre a pluralidade possível das classificações.

PERGUNTA: Poder-se-ia dizer da função primeira da leitura aquilo que Lévi-Strauss disse da função primeira da escrita, a saber, que antes de ser um uso estético desinteressado, é um uso de advertência?

P.B.: Vou esquivar-me um pouco da questão. Penso que o problema é muito importante, mas após dois dias de convívio com historiadores, digo somente que há apenas uma resposta histórica – o que não quer dizer relativa. Sempre se trata de poder na escrita e na leitura. Penso que já se disse o suficiente, talvez demais. Sendo assim, esse poder varia consideravelmente segundo as conjunturas.

R.C.: Em todo livro de aprendizagem, há sempre um excedente em relação a essa aprendizagem, seja nos manuais contemporâneos ou naqueles do século XVII. Há sempre na escolha dos exemplos a inculcação de uma ideologia. Os senhores sabem como os historiadores buscaram ver por que, em 1914, pôde ser criado um consenso nacional na Alemanha e na França (ainda que se tenha talvez exagerado) através dos costumes criados pela escola primária face a face com um certo

número de temas patrióticos ou nacionalistas. Assim sendo, sou sempre um tanto reticente diante da ideia segundo a qual haveria uma imediata e total eficácia das mensagens ideológicas depositadas sutilmente nos textos ou manuais. Creio que Pierre Bourdieu tem razão em dizer que as condições históricas do manejo desses motivos importam tanto quanto seu conteúdo intrínseco. A força de imposição das significações depende das condições históricas nas quais são manipuladas.

Pergunta: O senhor evocou os livros que são dados com seu código de leitura ou seu código narrativo, ou as pinturas que são dadas com seu protocolo de leitura. Não há uma dinâmica do protocolo de leitura, uma dinâmica do código de leitura? Para dizer as coisas sem rodeios, por exemplo, quando a semiologia de vanguarda tiver chegado aos liceus, não haverá apenas a semiologia de vanguarda como protocolo de leitura?

P.B.: Posso reformular a questão para ver se a compreendi? O senhor quer dizer que o protocolo é superado no momento em que se enuncia?

Pergunta: No momento em que é vulgarizado, em que é difundido...

P.B.: Sim, isso faz parte, enfim, dos fatores que explicam que o intelectual é alguém que perde o controle do sentido de suas obras. Um especialista em assuntos chineses, Levenson, dizia aproximadamente que nos esquecemos de que um livro muda pelo fato de que não muda enquanto o mundo muda. É muito simples. Quando o livro permanece e o mundo em torno dele muda, o livro muda. Por fim, o espaço dos livros em que serão lidos mudará. Um texto que hoje parece estruturalista amanhã vai parecer durkheimiano, pelo simples fato de que o universo dos compossíveis terá mudado. O esforço do intelectual para controlar o uso de seu próprio produto é necessariamente desesperado, e isso apenas porque transformará a recepção por meio desse produto. Da mesma maneira, por exemplo, e isto é dar crédito aliás aos intelectuais, deverá (como dizia Marx: "eu não sou marxista") passar seu tempo dizendo que não é preciso

lê-lo como nós o lemos ou que ele mudou em relação ao que disse, ou destruindo os efeitos de seus produtos antigos, que tornam difícil a leitura de seu novo produto. Mas existem outros efeitos. De um ponto de vista normativo, penso que se pode dizer que, no universo cultural como em toda parte, enquanto há luta, há esperança. Atualmente, onde há uma ortodoxia, um monopólio da leitura legítima, um monopólio absoluto, não há mais leitura e frequentemente nem mesmo leitores!

PERGUNTA: Sobre o tema do poder da escrita, o senhor disse, Pierre Bourdieu, que o grafismo era uma intenção de manipular a recepção. Não haveria outra via de abordagem e de manipulação, que abrigaria um estudo talvez mais sistemático de todas as formas da escrita? Penso em particular na distribuição sintática de que falou Roger Chartier. Não haveria uma maneira de comparar-se a forma do texto com o sentido aparente que deseja ser dado pelo texto?

R.C.: Sobre esses pontos, falamos rápido demais. Creio que a ideia de retornar ao objeto para interrogá-lo o mais profundamente possível naquilo que pode nos ensinar sobre sua leitura possível implica uma tensão extrema, uma vez que, em boa lógica, é impossível reconstruir uma relação conhecendo apenas um de seus termos. Portanto, há uma aposta quase impossível. Mas é talvez dever dos historiadores e sociólogos ao menos arriscá-la. O senhor tem razão de dizer que a interrogação é muito global, e creio que se devem distinguir os procedimentos da colocação em texto dos procedimentos da composição em livro. E isso não é efetivamente a mesma coisa. Os procedimentos de elaboração de texto são constituídos pelo conjunto dos procedimentos retóricos, dos comandos que são dados ao leitor, dos meios pelos quais o texto é construído, dos elementos que devem conduzir à convicção ou ao prazer. Existem, de outra parte, os procedimentos de compor em livro, que podem apropriar-se diferentemente do mesmo texto. Eles variam historicamente e também em função de projetos editoriais que visam a usos ou leituras diferentes. Portanto, sobre um mesmo texto, que tem suas próprias regras de elaboração, os procedimentos de se compor em livro podem variar de maneira extremamente acentuada.

A pergunta histórica deve atuar justamente sobre esses dois registros. Um remete para o lado da análise e da pragmática dos textos, da análise das formas retóricas, do estudo literário. O outro remete para um saber mais técnico, o da história do livro, da bibliografia material, da história da tipografia. Creio que de seu cruzamento poderá nascer uma reinterrogação do objeto-livro em função dos problemas que hoje colocamos.

P.B.: Acrescento uma palavra. Como se faz frequentemente nas ciências sociais, escrevemos certo por linhas tortas: priorizamos os conteúdos da mensagem escrita que correm o risco de exercer efeitos de persuasão clandestina, o que pode passar mais despercebido. Antes e depois de Aristóteles, estamos preparados para balizar os efeitos retóricos, mas é possível esquecermos os efeitos de extensão do parágrafo, os efeitos de formato do texto ou de qualidade do papel, de que falamos hoje, e é por isso que insistimos sobre esses aspectos, mas evidentemente podemos raciocinar *a fortiori*. Dizemos com frequência que a sociologia não serve para nada ou que ela é pessimista, que ensina o fatalismo social. Creio que há aí um exemplo de como pode contribuir para uma prática pedagógica, por exemplo, de como uma sociologia ou uma história social da narrativa pode contribuir, por exemplo, para uma prática pedagógica. Pode dar às pessoas instrumentos de defesa contra os efeitos de persuasão clandestina que os escritos exercem. Assim como existem armas como o judô para a autodefesa física, penso que um certo tipo de análise histórica das estratégias ocultas de manipulação do leitor pode ter um efeito liberador.

Pergunta: Estou pensando em textos políticos ou em panfletos sindicais. Tais escritos é preciso ler não somente em seu conteúdo, mas também em sua forma, que é um meio de ação sobre o leitor.

P.B.: Sim, evidentemente, nessa retórica, a política não está lá onde se acredita. Penso que o mais importante politicamente está muitas vezes no insignificante. Assim, em Maio de 68, viu-se muito bem, através do aparecimento de uma nova retórica, do panfleto ou

do cartaz, até que ponto a retórica antiga estava estereotipada. Vimos aparecer grande liberdade no modo de expressão, no suporte da expressão, no estilo, etc., que faziam aparecer o caráter esclerosado, rígido, cristalizado, dos modos de expressão em vigor. Assim como as manifestações de estudantes que queimavam as bandeiras, ou as cartas de convocação, etc., revelaram até que ponto as estratégias de lutas tradicionais estavam estereotipadas. Assim como, às vezes, o essencial do que diz um texto ou um discurso está naquilo que ele não diz. Está na forma em que o diz, está na entonação, de que nos falou François Bresson e que é uma das mediações entre a leitura, esse ato muito abstrato de intelecção, e o corpo. Penso que a maneira de falar intervém naquilo que é dito, talvez por efeito da crença que ela produz. Há uma maneira de falar neutralizada, retórica, oratória, etc., que faz com que, mesmo que concordemos com o que ouvimos, não creiamos nela. Haveria muito a dizer sobre esse ponto. Penso, por exemplo, que assim que procuramos mudar o conteúdo de uma mensagem política sem mudar a retórica, a mensagem política afinal não muda tanto. Por quê? Porque mudar a mensagem política na sua forma supõe uma mudança mais profunda do emissor do que uma mudança do conteúdo da mensagem política. Mas eu fico por aqui no tocante a esse tema, pois me tornaria subversivo.

Pergunta: Gostaria de saber se o sistema social é levado a transformar obrigatória e quase automaticamente todo fato social em dinâmica de poder. Quando alguém que escreve, um poeta qualquer, escreve alguma coisa que terá força, todo sistema social é levado a transformar essa produção em poder?

P.B.: É sempre a história de escrever certo por linhas tortas. Temos de tal maneira tendência a esquecer, em nome de uma visão sacralizada, religiosa, tudo o que é intelectual, produção intelectual, etc., que é muito importante, de forma um pouco obsessiva e insistente, dizer que também é questão de poder. Aí é que está. Mas não creia que pensamos apenas nisso!